

O Pibinho: causas e soluções

João Paulo de Almeida Magalhães ✓
Economista e pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do
CORECON/RJ

Os fatos

Durante todo o período posterior a 1980, e até o segundo mandato de Lula, o PIB brasileiro cresceu na média anual cerca de 2,5%, como consequência de política neoliberal inspirada no Consenso de Washington. Após 2006, com o lançamento do PAC, o neoliberalismo é parcialmente abandonado passando à taxa média de incremento do PIB para algo em torno de 4%. O que gerou grande onda de otimismo, hoje desmentido.

De fato, em 2011 esse crescimento foi de 2,7% e em 2012 de apenas 0,9%. Para os anos seguintes se anunciava a volta ao crescimento anual de 4% mas, já agora, começa-se a falar na possibilidade de essa percentagem não ir além de 3%. Ou seja, é o problema de um Pibinho que ameaça a se perpetuar.

Resta então antes de prosseguir indagar qual o incremento do PIB a ser considerado satisfatório, para não ser classificável como Pibinho? O IPEA, em *Macroeconomia para o desenvolvimento* de 2010, responde a essa pergunta nos seguintes termos: “O presente volume parte do pressuposto de que uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil requer, *como condição fundamental*, um crescimento econômico vigoroso (isto é, a taxas anuais da ordem de 7%) e sustentável ao longo do tempo” (p. 17) (grifos nossos). A rigor, portanto, não é necessário que o incremento do PIB fique abaixo de 3% para merecer a classificação de Pibinho.

Interpretação

A interpretação corrente do problema, inclusive patrocinada pelo Governo brasileiro, é de que se trata de dificuldade conjuntural, ou de curto prazo, decorrente do reflexo na economia brasileira da grave recessão econômica dos países desenvolvidos. Dificuldade conjuntural porque, a exemplo do sucedido na Grande Depressão de 1929, a crise desaparecerá, mais cedo ou mais tarde. Tudo que nos cabe fazer, de imediato, é adotar medidas para minimizar suas consequências.

Em uma fase inicial, os responsáveis por nossa economia procuraram compensar o encolhimento do mercado externo com o estímulo ao consumo interno. Nesse sentido foram adotadas medidas como o crédito provisionado e aumento mais acelerado do salário-mínimo e redução do IPI. Presentemente, se reconhece que tal linha de política econômica esgotou suas potencialidades o que, inclusive, seria sinalizado pelo aumento da inadimplência no setor financeiro.

Diante disso o Governo concluiu que o crescimento da economia deveria ser garantido, não mais pelo aumento do consumo, mas por

investimentos. Medidas para garantir esse resultado passaram a ser adotadas. Como, porém, se esperar a elevação de investimentos se não há mercado para escoar a maior produção? O que nos permite recolocar o problema do Pibinho.

Crescimento clássico e crescimento retardatário

No meu trabalho “Crescimento clássico e crescimento retardatário” mostrei que o problema do Pibinho, ou do crescimento da economia brasileira muito abaixo de sua potencialidade, decorre de política econômica errada, que não distingue entre estas duas modalidades de crescimento. Note-se que, já de longa data, se aceitava a especificidade do crescimento das economias retardatárias, sendo este chamado de desenvolvimento e definido como um crescimento acelerado com objetivo de eliminar o atraso econômico. Considerava-se, todavia, que, apesar das peculiaridades do processo de desenvolvimento inexistiam diferenças qualitativas entre as duas modalidades de crescimento.

A bem-sucedida experiência dos países do Leste Asiático vai mostrar, em sentido oposto, que o crescimento retardatário é estruturalmente diferente do clássico. O que exige políticas econômicas fundamentalmente diferentes. Recapitulemos.

Para compreender o problema deve-se recapitular a evolução da disciplina que recebeu o nome de Economia do Desenvolvimento. Antes da Segunda Guerra mundial não se reconhecia a existência de “países subdesenvolvidos”, mas apenas de países que por não se haverem preparado para ingressar na industrialização achavam-se atrasados no seu processo de crescimento econômico. Tão logo essa deficiência fosse corrigida eles passariam a crescer alcançando os padrões de vida do chamado Primeiro Mundo.

Terminado o conflito mundial, e inclusive diante da alternativa oferecida pelo indesejado modelo soviético surgiu a disciplina Economia do Desenvolvimento, cujo objetivo era determinar as causas da existência, e permanência, do atraso econômico em boa parte do mundo. Ou seja, passou-se a reconhecer a diferença entre o crescimento clássico e o crescimento (ou desenvolvimento) retardatário. O axioma básico da nova disciplina era de que, deixado ao seu livre funcionamento, o mecanismo do mercado não garantia a eliminação do atraso econômico, tornando-se assim indispensável às políticas econômicas específicas implementadas pelo Poder Público. As contribuições da Economia do Desenvolvimento foram bastante importantes para garantir dois Prêmios Nobel aos seus estudiosos (Myrdal e Lewis).

Sucedem que os países desenvolvidos de onde provinham as contribuições teóricas para a Economia do Desenvolvimento, logo perceberam que não era de seu interesse um movimento de eliminação do atraso econômico em escala planetária. Isso porque encareceria a produção baseada em recursos naturais e os obrigaria a importantes investimentos para reduzir o nível de poluição decorrente de suas atividades econômicas. Cessaram os *grants* para as pesquisas da Economia do Desenvolvimento, com seu inevitável declínio, já bastante acentuado na segunda metade dos anos 1960.

Volta, com isso, a predominar na ciência econômica a visão neoclássica, segundo a qual o crescimento retardatário não diferia do crescimento clássico, ou seja, que políticas bem-sucedidas neste último eram plenamente válidas no primeiro. O mecanismo básico do crescimento clássico, iniciado com a Revolução Industrial, era o constante aumento da quantidade (ou produtividade) do capital por trabalhador viabilizado por tecnologia em constante progresso. Como no caso das economias subdesenvolvidas a tecnologia moderna

já se acha disponível, o importante para eles era garantir o nível de poupanças suficiente para os investimentos destinados à eliminação do seu atraso econômico. O livre funcionamento do mecanismo de preços levava a esse resultado, limitando-se a ação do Estado à garantia dos equilíbrios cambial, fiscal e monetário, os chamados equilíbrios fundamentais.

As consequências dessa política, sacramentada no Consenso de Washington de 1990, foram o incremento do PIB, que após a Segunda Guerra Mundial ficara em torno da média anual de 7%, ter baixado para cerca de 2,5%. E mais grave que essa taxa foi o processo de desindustrialização que se instalou no País. Segundo o IPEA (2009): “Entre 1980 e 1996 a participação da indústria brasileira no PIB reduziu-se em 50%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (...) sobressai-se também o fato de que a indústria brasileira que sobreviveu à apreciação cambial é basicamente a de mais baixo valor agregado, elevando significativamente o peso das *commodities* nas exportações” (p. 31) (grifos nossos).

Se o Brasil registrou um Pibinho os países do Leste e Sul da Ásia, que não se curvaram ao Consenso de Washington, mesmo após a grave recessão das economias desenvolvidas, mantiveram taxas de crescimento do PIB em torno de 7% a 9% ao ano. É o exame de sua experiência que ajuda a comprovar a diferença entre os crescimentos clássico e retardatário e, portanto, a determinar as causas dos maus resultados da economia brasileira.

Documento de 1993 do Banco Mundial “*The East Asian Miracle?*” diagnostica as causas do rápido crescimento econômico dos países asiáticos. No polo oposto da visão neoclássica, o trabalho constata, em primeiro lugar, que a ação do Poder Público sob a forma do que

chamou de *market friendly intervention*, foi de vital importância no excepcional sucesso econômico dos países asiáticos. Em segundo lugar, e ainda mais importante verificou que, contrariamente à interpretação neoclássica, o aumento de poupanças não precedeu a aceleração do crescimento, mas foi a aceleração do crescimento que precedeu o aumento de poupanças. Nos debates que se seguiram a essa conclusão, se reconheceu que, na existência de “oportunidades de investimento”, as poupanças se elevavam endogenamente ao nível necessário.

Como oportunidades de investimento são sinônimo de existência de mercado, em termos de política econômica a conclusão é a seguinte: se no crescimento clássico o importante são o nível adequado de poupanças e o progresso tecnológico, no crescimento retardatário o significativo é a disponibilidade de mercado. Portanto, contrariamente do que sustenta a teoria neoclássica, em estratégias de desenvolvimento, o necessário não é a elevação de poupanças, mas a garantia de mercado de dimensões e dinamismo adequados. Isso porque, na existência de mercado, a poupança cresce endogenamente, viabilizando os investimentos requeridos para atendê-lo.

Em suma, por mais que o Governo brasileiro procure explicar o Pibinho como consequência da recessão que afeta com particular intensidade os maiores mercados mundiais, tudo indica que estamos, no caso brasileiro, diante de políticas econômicas fundamentalmente erradas. Ou seja, a menos que essa situação se modifique, quando Europa e Estados Unidos vencerem a crise presente, o Brasil continuará a registrar taxas insuficientes de crescimento. A recessão mundial tem, sem dúvida, impacto negativo em termos de disponibilidade de mercado. No Brasil, contudo, o problema do Pibinho tem raízes mais profundas.

O grave problema do curtoprazismo

Passo preliminar para a montagem de estratégia para o desenvolvimento econômico do Brasil é eliminar a visão curtoprazista que domina o pensamento econômico brasileiro. Situação que se explica pelo fato de que, com o declínio da Economia do Desenvolvimento, passou a dominar, no pensamento econômico do País, a visão neoclássica segundo a qual a ação do Governo deve se limitar a políticas de curto prazo destinadas a garantir os equilíbrios fundamentais (cambial, fiscal e monetário). Feito isso, o crescimento econômico se seguiria, sem que fosse necessária qualquer outra ação do Poder Público.

No caso brasileiro, o curtoprazismo se acha amplamente reconhecido na literatura. A pesquisa do IPEA de responsabilidade de Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (2005), tomou a forma de entrevistas com 38 economistas do melhor nível nacional, aos quais se indagou suas posições relativamente ao crescimento econômico do País. Os responsáveis pela pesquisa resumem da seguinte forma suas conclusões: “Desde as primeiras entrevistas ficou claro que o ‘crescimento’ não tem ocupado parte central das preocupações e das reflexões da maioria dos economistas brasileiros. De fato, o campo temático mostrou-se pouco propício a grandes aprofundamentos por parte dos entrevistados e tornou-se evidente, durante a pesquisa, que se tratava de um regresso ao tema.” E continuam: “Há como se mencionar uma extrema preocupação com o curto prazo, em especial com a política de estabilização, a qual vem afogando e desfocando a visão de longo prazo” (p. 35) (grifos nossos). A política de estabilização pode ser entendida como de estabilização monetária.

Cano (2010) se expressa da seguinte forma sobre a questão: “Não passará despercebido a um futuro estudioso da historiografia macroeconômica recente latino-americana, e em especial da brasileira, a

drástica mudança qualitativa e quantitativa da formulação da política econômica, e de estudos e pesquisas em termos gerais setoriais e regionais, a partir de fins da década de 1980. (...) *a maior parte dos economistas e acadêmicos abandonou suas preocupações de longo prazo, de crescimento e desenvolvimento, tornando-se 'curtoprazistas', centrando sua produção sobre o câmbio, os juros, a inflação, a região e a cidade competitiva*" (p. 7) (grifos nossos).

Com respeito ao curtoprazismo Nacif (2011) é ainda mais enfático. Ele descreve da seguinte forma o que vem acontecendo hoje no Brasil: *"Uma muito estreita e ortodoxa política macroeconômica de curto prazo, que valoriza excessivamente os objetivos de estabilidade de preços e independência monetária, comparada com outros igualmente importantes objetivos econômicos e sociais, tais como um sustentado crescimento a longo prazo; mudança estrutural dirigida para ambos, diversificação das exportações para setores de maior intensidade tecnológica e para evitar a precoce desindustrialização"* (p. 912-913) (grifos nossos).

O Governo declara hoje no Brasil que sua política econômica se baseia em um tripé: taxa de câmbio flutuante, superávit primário suficiente para cobrir o serviço da dívida pública e controle da inflação. Ou seja, em termos de política econômica a preocupação é, como propõe a visão neoclássica, garantir os equilíbrios cambial, fiscal e monetário. O curtoprazismo com seu corolário de ausência de uma estratégia de longo prazo continua, portanto, a dominar a política econômica brasileira.

No segundo mandato do Governo Lula houve uma aparente modificação nessa regra do jogo. Lançou-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que reconhece, sem dúvida, a insuficiência de uma ação do Estado limitada à garantia dos equilíbrios fundamentais. Na verdade, porém, o PAC se limita a investimentos de

infraestrutura quando o cerne de uma estratégia, que rompa com a visão neoliberal, deve ser constituída por atividades diretamente produtivas. O curtoprazismo continua, portanto, a dominar a atual política econômica brasileira.

Comprovado o erro da visão curtoprazista, decorrente do não reconhecimento da diferença entre os crescimentos clássico e retardatário, passamos a definir as linhas básicas de uma estratégia de longo prazo para o Brasil.

Uma estratégia para escapar do Pibinho

A análise anterior mostrou que o Pibinho não constitui um problema de curto prazo, decorrente da crise da economia mundial visto segundo a qual tudo o que se pode fazer é adotar medidas paliativas destinadas a aliviar suas consequências. O confronto da experiência brasileira com a dos países asiáticos nos permite, pelo contrário, não só constatar o erro do curtoprazismo, como indicar as linhas de uma estratégia de longo prazo para o Brasil.

A mudança do atual estado de coisas, conforme se deduz da experiência asiática, depende da implementação de uma estratégia de longo prazo destinada a gerar mercados de dimensão e dinamismo suficientes para colocar o País na trilha da eliminação do seu atraso econômico.

Os resultados de estratégias econômicas são sempre de médio e longo prazos. Algumas medidas são, contudo, de caráter imediato e outras de implementação prolongada. A medida clássica de caráter imediato para a criação de mercado é o protecionismo, que constituiu o instrumento básico utilizado pelos países da segunda onda de industrialização, Estados Unidos, Japão e Alemanha. No Brasil de

hoje, esse tipo de medida toma claramente a forma de substancial desvalorização da taxa de câmbio. A atual sobrevalorização do real reduz, de fato, drasticamente o mercado externo para o produto brasileiro e, em sentido oposto, abre o mercado brasileiro ao produto estrangeiro.

Ao analisar as causas da desindustrialização em curso no País, o IPEA (2009) afirma: “*Um dos fatores principais dessa evolução desfavorável foi a forte apreciação do câmbio*” (p. 31) (grifos nossos). Em texto para discussão do IPEA (THORSTENSEN, 2011), vamos encontrar a seguinte afirmação: “A indústria brasileira enfrenta atualmente um dos maiores desafios de sua história. De um lado tem de produzir de forma competitiva, em um contexto de determinantes adversos (...) taxas de juros elevadas, altas cargas de impostos, custos elevados de serviços de infraestrutura e, *sobretudo, uma taxa de câmbio sobrevalorizada*” (p. 44) (grifos nossos).

Para dar uma ideia da dimensão do problema, basta lembrar que há algum tempo atrás o Ministro Guido Mantega, em declaração publicada na imprensa diária, afirmou que a produção industrial brasileira seria imbatível com a taxa de câmbio de 2,6 reais por dólar. Em artigo recente na *Folha de S. Paulo* Bresser Pereira (2012) sugeriu a taxa de 2,7% como necessária para tornar a indústria brasileira internacionalmente competitiva. João Sicsú (2007), considerando possivelmente o exemplo chinês que usa a taxa de câmbio subvalorizada para dar competitividade internacional a sua indústria, sugere taxas real/dólar de 3,4% ou 3,5%. E considera inaceitáveis taxas inferiores a 2,8%.

As medidas de criação de mercado de implementação prolongada destinam-se a conferir competitividade a empresas brasileiras em setores de tecnologia avançada. Para, de fato, atingir produto por habitante do nível registrado nos países desenvolvidos é necessário

que o País disponha de número significativo de atividades produtivas de alta tecnologia, dado que apenas estas proporcionam elevado valor adicionado por trabalhador e mercados em rápido crescimento. É o que demonstra a experiência de países que atingiram recentemente ao pleno desenvolvimento, para o qual empresas como a Samsung, Toyota, Nokia etc. foram de fundamental importância. No Brasil tivemos apenas o caso isolado da Embraer.

Ou seja, hoje há preocupação generalizada com a desindustrialização do País. Esse problema será possivelmente resolvido com a simples colocação da taxa de câmbio no nível acima proposto. Isso, contudo, não é suficiente. De uma perspectiva de prazo mais longo, a viabilização de número adequado de empresas em setores de alta tecnologia é fundamental para a completa eliminação do nosso atraso econômico.

O grande obstáculo a ser vencido

Para evitar a permanência do Pibinho será, portanto, necessário, dentro de uma perspectiva de logo prazo, montar estratégia econômica na qual se reconheça o papel do Estado como garantidor de mercado com dimensão e dinamismo indispensáveis para colocar o País na trilha da eliminação do seu atraso econômico. O que significa trocar metas de inflação por metas de desenvolvimento. Aí se acha, de fato, o obstáculo fundamental à retomada do crescimento acelerado na economia brasileira. O reconhecimento da criação de mercado relativamente a um esforço direto de aumento de poupanças depende de um debate acadêmico que, cedo ou tarde, ocorrerá, com o reconhecimento da prioridade da demanda, no contexto de uma estratégia de longo prazo. No que se refere à substituição de

metas de inflação por metas de desenvolvimento – estamos diante de problema bem maior. Aprofundemos esse aspecto.

A hiperinflação brasileira criou no País um trauma psicológico em função do qual qualquer aceleração de preços provoca manchetes nos jornais, declarações oficiais de que a situação se acha sob controle e assim por diante. Quanto ao PIB, apenas quando seu crescimento cai para 2,7% ou 0,9%, como nos últimos dois anos o problema merece a atenção pública. Ou seja, as metas da inflação recebem absoluta prioridade relativamente às taxas de crescimento, tanto na opinião pública quanto no Governo. Alguns fatos comprovam essa afirmação.

O IPEA na sua monografia de 2010 “Macroeconomia para o desenvolvimento” afirma o seguinte em relação a essas duas variáveis: “A conclusão é que a política monetária tem imposto elevada taxa de sacrifício à sociedade brasileira. O custo de uma redução da inflação – dado por uma retração do nível de atividade, valorização cambial e uma piora nas contas públicas – tem sido muito alto. *Desse modo a política monetária tem constituído um obstáculo ao desenvolvimento do País*” (p. 116) (grifos nossos). Nem por isso foi abandonada uma política monetária destinada fundamentalmente a garantir o cumprimento das metas da inflação.

Vejamos como a prioridade concedida à estabilidade monetária prejudica o desenvolvimento do País. Tanto a literatura especializada (GIAMBIAGI e BARROS, 2009) quanto os responsáveis pelo comando da economia consideram que, para manter a estabilidade monetária, o crescimento do PIB não pode superar a taxa anual de 5%. Para eles, sempre que a economia “ameaça” ultrapassar esse limite, medidas de contenção do crescimento (na prática a elevação da taxa de juros) devem ser adotadas.

Essa percentagem é justificada da seguinte forma. Para que o crescimento ocorra sem inflação, os gastos públicos e privados devem respeitar o limite representado pelo PIB potencial. Este se eleva em função dos investimentos realizados com base nas poupanças disponíveis. No Brasil, em que as poupanças ficam entre 17% e 19% do PIB, o PIB potencial se eleva de 5% ao ano. Qualquer crescimento acima dessa percentagem gera, portanto, pressões inflacionárias excessivas e deve ser evitado. Para crescimento mais rápido, e sem inflação, faz-se indispensável prévio aumento da taxa de poupanças, o que tem se revelado inviável. Pelo simples fato de o Governo ignorar que, conforme a experiência asiática, as poupanças devem ser elevadas pela criação de mercado e não por esforço de redução do consumo, certamente inexequível nas condições brasileiras.

Essa posição com respeito ao teto para o crescimento do PIB é confirmada pelo IPEA em “Macroeconomia para o desenvolvimento” no qual se afirma que a implantação do PAC será acompanhada com incremento anual de 5% do PIB. Isso significa constituir essa taxa um teto. No mesmo sentido políticas destinadas à aceleração do crescimento econômico, como a baixa de juros e desvalorização cambial também devem ser evitadas dado seu impacto na elevação de preços. Torna-se dessa forma importante recapitular a relação entre inflação e desenvolvimento. Começaremos pelos fatos para passar depois às interpretações.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial e o primeiro choque do petróleo, a despeito de picos como a inflação de 40% ao ano no fim do Governo Kubitschek e de 70% no Governo João Goulart a inflação anual média ficou no Brasil em torno de 20%. O incremento anual do PIB no período foi de 7% em média. Na década marcada pelo choque do petróleo a Coreia do Sul registrou inflação anual de cerca

de 20% mantendo seu ritmo acelerado de crescimento. Nos últimos 8 anos a Argentina com inflação algo acima dessa percentagem tem crescido entre 8,5% e 9%. Vejamos agora o que dizem os analistas da relação entre surto inflacionário e crescimento.

A literatura sobre as relações entre inflação e desenvolvimento econômico passou por evolução importante para nossa análise. Em um primeiro momento, se reconheceu serem as informações disponíveis inconclusivas. Carliner (1995) resume da seguinte forma a opinião dominante: “Muitos economistas recomendam que nos países em desenvolvimento a inflação não deveria ser maior que na OCDE. No entanto ambos, Japão e Coreia, tiveram inflação anual bem acima de 10% durante seus anos de elevado crescimento. E a Índia (...) tinha a baixa inflação do túmulo. As lições parecem ser de que uma baixa inflação, por si só, não é suficiente para alcançar elevado crescimento, enquanto inflação extremamente alta, por exemplo, de 500% anualmente, é tão distorcedora que inibe fortemente o crescimento. *No entanto não há consenso sobre as consequências de uma taxa de inflação entre 10% e 30% nos países em desenvolvimento*” (p. 33) (grifos nossos).

Posteriormente Yusuf e Stiglitz (2004) colocaram a questão nos seguintes termos: “Nos anos 1970 e 1980 as relações entre inflação e desenvolvimento não permitiam tomada de posição sobre o assunto, dado que existiam casos, como os do Brasil e Coreia do Sul, em que a inflação foi acompanhada de crescimento acelerado e outras situações nas quais a inflação gerou problemas. *No início dos anos 1990 havia largo consenso de que taxas baixas e estáveis de inflação eram objetivo desejável para países em desenvolvimento, embora taxas moderadas de inflação – até 40% ao ano – não fossem necessariamente nocivas ao crescimento*” (p. 229) (grifos nossos). Ponto importante é que esses autores não estão declarando suas posições pessoais, mas as dominantes na literatura especializada.

Essa tolerância com o desequilíbrio monetário vai ser revista em função da experiência de países asiáticos que registravam taxas extremamente altas de crescimento com elevação anual de preços não superior a 5%. As consequências dessa constatação vão se refletir, por exemplo, no relatório do Banco Mundial de 2008 (*The Growth Report – Strategy for Sustained Growth and Inclusive Development*) que, embora sem negar que taxas elevadas de incremento do PIB tenham sido acompanhadas por inflação, defende a obtenção dessas taxas com relativa estabilidade monetária, tal como observada nos países asiáticos.

A indagação é se tal experiência desses países é válida para a América Latina. Na Ásia os governos, mesmo quando não ditatoriais, são fortes para impor políticas de rendimento que compatibilizam taxas elevadas de crescimento com relativa estabilidade de preços. A par disso, esses países são marcados por culturas mais propensas a aceitarem a disciplina econômica.

Com respeito à influência do aspecto cultural na economia brasileira cabe aqui lembrar o trabalho de Moog (1954)¹ sobre as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos, em termos de resultados econômicos. Segundo ele, o colonizador americano chegou ao País trazendo sua família, com o duplo objetivo de praticar livremente sua religião e prosperar através do trabalho duro e perseverante. O colonizador brasileiro (e poderíamos dizer o ibérico) chegou ao continente americano sozinho e com o objetivo de enriquecer rapidamente e voltar para a metrópole. Enquanto nos Estados Unidos a ocupação do território foi gradual e racionalmente conduzida, no Brasil a busca do ouro, prata e pedras preciosas determinou a irracional ocupação de extenso território.

Courtin (1938) diagnosticou bem a irracionalidade dessa ocupação ao afirmar que se em alguns países havia excesso de população em relação ao território, no Brasil, surpreendentemente, o que existia era excesso de território relativamente à população. Uma ocupação rarefeita do território e com grandes espaços vazios entre os núcleos de povoamento tornou extremamente onerosa e acima da capacidade de um país subdesenvolvido, a criação de infraestrutura de transporte e comunicação, de serviços (educação, segurança, administração pública etc.) requeridos pelo crescimento moderno. Ou seja, a diferença cultural explica a grande disparidade de resultados entre dois países igualmente favorecidos por extensos territórios e cuja colonização, por nações europeias, iniciou-se ao mesmo tempo com, portanto, iguais chances de sucesso. Por que então diferenças culturais não se refletiriam na capacidade de os países crescerem com ou sem inflação?

A inflação inercial, típica dos países subdesenvolvidos, decorre de uma disputa entre os agentes econômicos em que o somatório das suas reivindicações ultrapassa o montante do PIB. Os traços culturais detectados no Brasil por Viana Moog, e que valem, aliás, para a totalidade das nações ibéricas, não tornaria essas nações particularmente propensas à inflação?

Vejamos como se pode tentar sair do impasse em que hoje se acha o País em função da prioridade concedida a metas de inflação. Presentemente no Brasil a política econômica é orientada pelo seguinte objetivo, obter crescimento econômico tão acelerado como possível desde que não sejam prejudicadas as metas de inflação. Nossa proposta é substituir essa regra pela seguinte: deve-se obter inflação tão baixa como possível desde que isso não prejudique as metas de desenvolvimento. Metas que seriam incremento do PIB de 7% ao ano, tal como é declarado fundamental pelo IPEA. Para evitar a acu-

sação de leniência diante do surto inflacionário poder-se-ia definir o objetivo da política monetária como inflação zero desde que isso não comprometa uma taxa de 7% no crescimento da economia. Condição de vital importância para a implementação dessa política é suprimir previamente a indexação hoje generalizada na economia brasileira.

Suponhamos que por fatores culturais do tipo referido anteriormente se constate que inflação entre 10% e 20% se revele inevitável. Nesse caso o País poderá decidir racionalmente se deseja o crescimento acelerado com inflação de dois dígitos ou continuar como hoje com inflação em torno de 5% e um permanente Pibinho. Ou como o que Carliner, referindo-se à Índia, chamou de a baixa inflação do túmulo. Ou seja, sem crescimento.

A indagação final é se a opção pelo Pibinho é social e politicamente aceitável. A análise econômica registra um “efeito” apelidado de emulação, imitação ou demonstração, pelo qual os grupos de menor renda pressionam constantemente para obter os padrões de consumo das categorias de alta renda. No Brasil, esses padrões são os vigentes na classe A, que não diferem dos registrados nos países desenvolvidos. E essas pressões são extremamente eficazes porque, em países subdesenvolvidos, as categorias de baixa renda, por constituírem a grande maioria do colégio eleitoral do País elegem para o comando dos Poderes Executivo e Legislativo os defensores de suas reivindicações.

Mostramos anteriormente que os defensores de baixos tetos para a inflação avaliam que o PIB não pode crescer acima de 5% ao ano. O relatório do Banco Mundial de 2008, já citado, mostra que um crescimento do PIB nessa taxa só permitirá ao Brasil eliminar seu atraso econômico em cerca de 100 anos. Serão suportáveis por tanto tempo as pressões decorrentes do efeito de imitação? Relatório

do IPEA recentemente divulgado na imprensa (*Valor*, 26/3/2013) mostra que entre 2003 e 2011 enquanto o produto *per capita* brasileiro (obviamente por pressões políticas) crescia de 27,7% a renda da família aumentou 40,7%. Nesse contexto não é difícil prever em prazo não muito distante o esmagamento da margem de poupanças do País, pelo aumento do consumo. Quando as poupanças caírem abaixo de 10% do PIB, percentagem considerada por alguns como a requerida para a simples manutenção do capital disponível no País, chegaremos ao caos político e social.

Em suma, tudo indica que o pleno desenvolvimento, ou a eliminação do atraso econômico do País não é uma opção mais uma necessidade, a ser atendida tão rapidamente como possível, ou seja, antes que o efeito de imitação tenha tempo para esmagar as margens de poupança do País. É de vital importância que ao priorizar a estabilidade monetária o País tenha ideia clara do que poderá estar em jogo.

Nota

1 O trabalho de Moog foi desconsiderado por cientistas políticos e sociólogos por, segundo eles, se tratar de contribuição jornalística e não científica. Dado, todavia, registrar percepção correta de importante problema, ele deveria se tornar objeto de aprofundamento científico pelos especialistas na matéria, em vez de ser inapelavelmente condenado.

Bibliografia

BANCO MUNDIAL. *The East Asian miracle: economic growth and public policy*. New York: Oxford University Press, [1993].

_____. *The growth report: strategy for sustained growth and inclusive development*. New York: [s.n.], 2008.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Org.). *Políticas para a retomada do crescimento*. Brasília: IPEA, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Baixo crescimento, ideologia, pensamento. *Folha de São Paulo*, 17 dez. 2012. Primeiro Caderno, p. A10.

CANO, W.; SILVA, A. L. G. *Política industrial e governo Lula em "Os Anos Lula"*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

COURTIN, R. *Peuplement et efficacité dans les pays neufs recueil sirey*. Paris: [s.n.], 1938.

GIAMBIAGI, F.; BARROS, O. *Brasil pós-crise*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IPEA. *Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2009.

IPEA. *Macroeconomia para o desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2010.

KRUEGER, Anne O. East Asia experience and endogenous growth theory. In: ITO, T.; KRUEGER, A. O. (Org.). *Growth theories in light of the East Asian experience*, National Bureau of Economic Research. Chicago: University of Chicago Press, 1995. (Comentário de CARLINER, G.).

MAGALHÃES, J. P. A. *Crescimento clássico e crescimento retardatário: uma necessária (e urgente) estratégia de longo prazo para políticas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MOOG, V. *Bandeirantes e pioneiros*. São Paulo: Globo, 1954.

NACIF, André. Overcoming the “Impossible Trinity”: towards a mix of macroeconomic policy instruments for sustaining economic development in Brazil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, dez. 2011.

SICSÚ, J. *Emprego, juros e câmbio, finanças globais e desemprego*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

YUSUF, S.; STIGLITZ, J. E. Development issues settled and open. In: MEIER, G.; STIGLITZ, J. (Org.). *Frontiers of development economics*. Washington: Banco Mundial, 2004.

Palestra pronunciada em 16 de abril de 2013